

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO PENAL E EXECUÇÃO PENAL

QUESTÃO 5

Após cumprir parte da pena privativa de liberdade que lhe havia sido imposta em condenação definitiva pela prática do crime de tráfico, Paulo, maior e capaz, foi autorizado à saída temporária no regime semiaberto, mediante fiscalização por meio de monitoração eletrônica. Foi, então, instruído sobre os cuidados a serem adotados com o equipamento eletrônico e sobre os deveres a ele impostos, como o de se abster de remover, violar, modificar ou danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoração eletrônica. Posteriormente, ficou comprovado que Paulo, intencionalmente, violou o dispositivo de monitoração eletrônica.

À luz da Lei de Execução Penal, defina monitoramento eletrônico e indique as medidas a serem adotadas em face do comportamento de Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 5

Considere que determinado promotor de justiça atue em processo criminal em que seja parte seu vizinho, maior e capaz, a quem tenha aconselhado sobre os fatos a ele imputados. Nessa situação hipotética, esclareça, de modo fundamentado, quais são as possíveis consequências jurídicas para os atos praticados pelo referido promotor nesse processo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO I

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

QUESTÃO 5

O Ministério Público do Estado do Tocantins denunciou José pela prática de tentativa de homicídio qualificado. A exclusão da qualificadora foi, entretanto, requerida pelo promotor de justiça em suas alegações finais. O promotor entendeu que, embora houvesse indícios de autoria e materialidade, a qualificadora não havia sido provada na instrução. O juízo de direito do tribunal do júri, porém, desclassificou o delito imputado ao acusado, de forma que a competência para julgá-lo deixou de ser do tribunal do júri. O promotor de justiça, então, interpôs recurso em sentido estrito, para que o acusado fosse pronunciado pela prática do delito descrito no art. 121, *caput*, c/c art. 14, II, do Código Penal. Seguindo os trâmites legais, os autos foram encaminhados à procuradora de justiça, para parecer.

Responda aos seguintes questionamentos a respeito da situação hipotética apresentada.

- a) Diante da ausência de oportunidade para a defesa se insurgir após o oferecimento do parecer ministerial, haverá violação ao princípio do devido processo legal ou da ampla defesa?
 - b) A procuradora de justiça está vinculada às razões recursais oferecidas pelo promotor de justiça?
-